

CULTURA DE MOVIMENTO EM PAUTA: INTERFACES ENTRE RÁDIOS COMUNITÁRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER

Pablo Almeida Macêdo Norte
Suzanne Barros de Souza Damião
Eduardo Ribeiro Dantas

RESUMO

Este estudo tem como objetivo reconhecer e analisar a cobertura da cultura de movimento realizada pelas rádios comunitárias no brejo paraibano, de modo a discutir como o acesso e a co-gestão do conhecimento local pela população, constituem-se em elementos essenciais para a configuração e o fortalecimento de políticas públicas de lazer atentas à preservação da memória e das identidades culturais locais. Trata-se de uma pesquisa em andamento, que se encontra na fase de mapeamento e catalogação das rádios comunitárias no interior da Paraíba.

Palavras-chave: Rádios Comunitárias. Políticas Públicas. Cultura de Movimento.

ABSTRACT

This study aims to recognize and analyze the coverage of the culture of movement by the community radio movement held in brejo paraibano, to discuss how to access and co-management of local knowledge by the population, being essential for the setting and strengthening public policies for leisure attentive to preserving the memory and the local cultural identities. This is an ongoing search, which is in the process of cataloging and mapping of community radios in Paraíba's countryside.

Key words: Community Radios. Public Policies. Culture of Movement.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo reconocer y analizar la cobertura de la cultura del movimiento de la radio comunitaria que tuvo lugar en brejo paraibano, para discutir la forma de acceso y co-gestión de los conocimientos locales por parte de la población, siendo esencial para el establecimiento y fortalecimiento políticas públicas para el ocio atento a la preservación de la memoria y las identidades culturales locales. Se trata de una búsqueda en curso, que está en proceso de catalogación y cartografía de las radios comunitarias dentro de la Paraíba.

Palabras Clave: Radios Comunitarias. Políticas Públicas. Cultura del Movimiento.

A função de agendamento social exercida pela mídia vem sendo discutida cada vez mais na Educação Física brasileira, a partir dos problemas que gera não só para a área, mas para a sociedade como um todo. Pesquisadores mais próximos aos estudos midiáticos, vêm afirmando que ao produzir e introduzir matérias sobre determinado assunto em seus discursos, a mídia pauta a sociedade e a cada um de nós, estabelecendo os temas sobre os quais devemos ter conhecimento, influenciando assim, na formação da nossa opinião pública sobre os mesmos (BETTI, PIRES, 2005).

Em se tratando das diversas manifestações da cultura de movimento¹, percebemos que os agendamentos da grande mídia nacional e internacional voltam-se para a questão do esporte performance e de todo universo que gira ao seu redor. Enquanto modelo de prática corporal a ser consumido pela população mundial, o esporte institucionalizado reflete uma racionalidade hegemônica sobre os usos do corpo, enfraquecendo as identidades culturais no âmbito local.

É a partir dessa problematização, que enxergamos na comunicação comunitária² – especialmente aquela realizada através dos veículos de radiodifusão – uma possibilidade de pautarmos a cultura de movimento fora dos amplos processos de difusão do esporte performance, de modo a dar espaço a outras manifestações culturais que fazem parte da memória e da identidade cultural do povo brasileiro, como aquelas presentes no tempo de lazer da população.

A importância da comunicação comunitária realizada pelas rádios que de fato rompem com um modelo comercial de comunicação³, reside no seu processo de valorização da cultura brasileira. Ao privilegiar o cotidiano local e regional, as rádios comunitárias abrem oportunidade para a divulgação de idéias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais das comunidades, divulgando sua cultura e potencializando a configuração e o fortalecimento de políticas públicas que expressem os desejos da população.

O presente estudo vincula-se a uma lógica de pensamento que questiona as novas formas do ser humano se agregar, trabalhar, criar sentidos, ou seja, de inventar dispositivos que escapem à megamáquina de produção de subjetividades do atual estágio do capitalismo rizomático. Tendo como eixo de discussão as interfaces existentes entre rádios comunitárias e políticas públicas de lazer no brejo paraibano, busca não perder de vista questões mais amplas, que dizem respeito às novas relações entre a vida e o capital na sociedade contemporânea.

Questões que, de acordo com uma agenda social mais próxima aos problemas da existência humana, problematizam as estratégias que dispomos ou podemos criar, para escaparmos aos dispositivos de controle comunicacionais historicamente perpetuados no cenário midiático brasileiro. Em outras palavras, nos inspiramos nas seguintes questões:

De que recursos dispõe uma pessoa ou um coletivo para afirmar um modo próprio de ocupar o espaço doméstico, de cadenciar o tempo comunitário, de mobilizar a memória coletiva, de produzir bens e conhecimento e fazê-los circular, de transitar por esferas consideradas invisíveis, de reinventar a corporeidade, de gerir a vizinhança e a solidariedade, de

¹ De acordo com Kunz (1994, p. 62), a cultura de movimento compreende “todas estas atividades do movimento humano, tanto no esporte, como em atividades extra-esporte (ou no sentido amplo do esporte), e que pertencem ao mundo do “se-movimentar” humano, o que o Homem por este meio produz ou cria, de acordo com a sua conduta, seu comportamento, e mesmo, as resistências que se oferecem a estas condutas e ações”.

² Processo comunicativo que requer o envolvimento das pessoas de uma comunidade, não apenas como receptoras de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e da gestão dos meios de comunicação (PERUZZO, 2003).

³ Segundo Bahia (2008), a falta de capacitação dos recursos humanos das rádios comunitárias, é um dos fatores limitantes para sua consolidação, já que as torna suscetíveis à reprodução dos modelos comunicacionais das rádios convencionais, o que desvirtua seu sentido comunitário.

cuidar da infância ou da velhice, de lidar com o prazer ou a dor? (PELBART, 2003, p. 22).

Dessa forma, considerando a problemática da falta de espaço na grande mídia para as manifestações da cultura de movimento não circunscritas ao universo do esporte profissional, tais como a dança e o esporte recreativo, dentre outras, o estudo tem como objetivo geral, reconhecer e analisar a cobertura da cultura de movimento realizada pelas rádios comunitárias no brejo paraibano, de forma a discutir como o acesso e a gestão do conhecimento global e local pelas comunidades, constituem-se em elementos essenciais para a configuração e o fortalecimento de políticas públicas de lazer atentas à preservação da memória e das identidades culturais locais.

Os seus objetivos específicos são: 1) Mapear e catalogar rádios comunitárias do brejo paraibano, legalmente constituídas ou em vias de reconhecimento, que de forma sistemática dão espaço para as manifestações da cultura de movimento. 2) Identificar e descrever quais as manifestações da cultura de movimento do brejo paraibano, que recebem algum tipo de cobertura das rádios comunitárias locais.

O estudo vincula-se ao Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Movimento – GCEM, que situado no Departamento de Educação Física da UEPB, oferece suporte às atividades do Núcleo da Rede CEDES/UEPB.

Trata-se de uma pesquisa documental, realizada com documentos das rádios comunitárias dos municípios do brejo paraibano, através da análise de conteúdo. A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos, sutis e em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados (BARDIN, 1979).

Baseando-nos nesta autora, o processo de análise de conteúdo da nossa investigação está obedecendo a seguinte seqüência de atividades: Pré-análise; Exploração do material; Tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pesquisa encontra-se na fase de pré-análise, cuja atividade atual é o mapeamento e catalogação das rádios comunitárias legalmente reconhecidas no interior da Paraíba.

Para a realização da pré-análise, estamos realizando os seguintes procedimentos:

- Identificação das rádios comunitárias legalmente constituídas ou em processo de reconhecimento pelo Ministério das Comunicações;
- Contato com pessoas ou grupos que têm interesse na pesquisa, para facilitar o acesso às fontes de pesquisa que constituirão o nosso corpus de análise;
- Agendamento com os responsáveis pelas rádios comunitárias, do acesso às fontes documentais, para gravação do material a ser analisado;
- Elaboração do modelo de ficha de conteúdo a ser preenchida na fase de exploração do material.

Após a finalização da pré-análise, passaremos à fase de exploração do material, onde estaremos organizando e construindo um catálogo documental, que constará das rádios comunitárias existentes em cada cidade, que destinam espaço para as manifestações da cultura de movimento. Nesta mesma fase da pesquisa, estaremos realizando a análise temática do nosso corpus de investigação, através das fichas de conteúdo construídas na fase da pré-análise.

O tratamento dos resultados obtidos, bem como a interpretação referencial, será realizada considerando as categorias temáticas que emergirem da análise dos dados e o referencial teórico da pesquisa.

A relevância desse estudo, está nas novas metodologias de ação e de gestão que poderão ser elaboradas, a partir dos resultados obtidos com o reconhecimento do cotidiano das rádios comunitárias participantes do estudo, em suas interfaces com as políticas públicas de lazer.

Espera-se que a partir desta pesquisa, ações possam ser delineadas no que se refere à difusão das manifestações da cultura de movimento local, de forma a fomentar e ampliar a vivência das práticas corporais no universo das cidades do interior da Paraíba.

Rádios comunitárias e mobilização social

A rádio comunitária tem como uma de suas principais características o rompimento com o modelo comercial de comunicação. Dessa forma, se propõe a assumir alguns objetivos que não são comumente vistos no cenário da comunicação radiofônica hegemônica.

as emissoras radiofônicas não comerciais têm por objetivo expandir o âmbito das informações, da reflexão e da interação sociocomunicativa, ultrapassando os limites e os interesses da mídia convencional. Além disso, captar, canalizar e publicizar as vozes e as aspirações dos segmentos excluídos pela comunicação hegemônica (BAHIA, 2008, p. 30).

Entendemos que as rádios comunitárias devem transcender a lógica comercial do esporte performance, para dar vazão às mais diversas manifestações da cultura de movimento que configuram as identidades locais, proporcionando uma programação com notícias de lazer, manifestações folclóricas, culturais, artísticas, sem distinção de raça, religião, sexo, entre outros aspectos.

Atualmente existem cerca de 14 mil emissoras de rádios comunitárias no Brasil, desde as legalizadas, até aquelas que funcionam sem autorização. Isso ocorre porque várias emissoras entraram no ar antes da lei que promulgava esse tipo de rádio, além do fato de que muitas rádios comunitárias não conseguem se adequar às exigências da legislação.

De acordo com a Lei nº 9.612/98 – lei que institui o serviço de radiodifusão comunitária – para ter caráter comunitário, a rádio precisa operar em frequência modulada (FM), de baixa potência (25 Watts) e cobertura restrita a um raio de 1km, a partir da antena transmissora. Podem explorar esse serviço somente associações e fundações comunitárias sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação do serviço.

A ABRAÇO – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – acredita que a burocracia e a má vontade política dificultam a legalização das rádios comunitárias, já que existem mais de 8 mil processos no Ministério das Comunicações, de rádios que querem ter sua situação regularizada, mas que esbarram nos trâmites legais. A burocracia, que é admitida pelo próprio Ministério das Comunicações em

matérias veiculadas na mídia especializada, torna-se, junto com os interesses políticos, os maiores entraves à regularização das pequenas emissoras.

Desde meados dos anos 90, a participação cidadã nos meios de comunicação comunitária vem crescendo. Através das rádios comunitárias, a população passa a fazer reivindicações, propagação de eventos e atividades culturais no bairro ou na cidade, construindo uma relação de familiaridade com sua comunidade, já que têm como fonte de informação a realidade das pessoas e do local.

A importância dessas rádios é a de democratização dos veículos de comunicação, que facilita a participação do povo, ou seja, que socializa o acesso às condições de produção e de transmissão de mensagens, fazendo com que o “povo tenha voz”, e a partir disso, aumentando o pensamento crítico dos ouvintes através de sua função cultural e educativa.

as rádios comunitárias são canais que não substituem a grande mídia nem têm a pretensão de competir com ela mesmo, por que estas desempenham um papel ímpar e indiscutivelmente importante na livre circulação da informação. Mas contribuem na oferta mais plural de conteúdos e inovam nos processos de ocupação das grades de programação e na gestão dos veículos, efetuada com base nas organizações da sociedade civil e por meio delas, sem fins lucrativos e priorizando as finalidades educativas e culturais (PERUZZO, 2007, p. 56).

As rádios comunitárias têm a função de colocar no ar os interesses da sociedade, de apontar o que os políticos da comunidade não observam, de forma a, por exemplo, potencializar o sucesso das políticas públicas setoriais de lazer. As comunidades que possuem este tipo de comunicação aceleram o processo de democratização, ajudando a desenvolver a região.

Políticas Públicas de Lazer

O poder público é responsável por garantir os direitos básicos ao povo, tais como, educação, trabalho, saúde, segurança e lazer. É nessa perspectiva que consideramos o lazer como um direito que deve ser proporcionado por meio de políticas públicas adequadas. Percebemos a necessidade de políticas públicas que garantam o direito do lazer de forma correta. O município então, tem uma função essencial no processo político, administrativo, de desenvolver essas funções sociais e trabalhar pelo bem-estar de seus habitantes.

Município é uma criação jurídica que se assenta no princípio de direito natural. Base da organização política e administrativa do país é, entretanto, a menor unidade territorial da federação. Sua origem, mais de ordem sociológica do que política advém do espírito associativo do homem e suas relações de vizinhança (BRAZ, apud CHEMIN, 2007, p. 71).

O município possui poderes responsáveis pelos serviços prestados à comunidade, cuidando diretamente de vários aspectos práticos da vida da população. O município, portanto, deve se responsabilizar por algumas atribuições sociais relacionadas ao bem-estar da comunidade como um todo. Amaral (2003) diz que a política pública tem como objetivo específico assegurar, mediante a intervenção do Estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente.

É na esfera do município que buscaremos pensar sobre políticas públicas que podem interferir na elaboração de uma política de lazer. Saindo da esfera mais ampla, toda organização que pretende formular uma política de lazer deve definir sua missão de serviços na qual se operacionaliza através de metas, objetivos e estratégias. É justamente nessa esfera que entra as funções sociais do município, cuja questão principal é garantir a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais do homem.

É fundamental que o lazer passe a constar na lista de prioridade dos responsáveis por políticas públicas, ou seja, sendo o lazer um dos meios para conquistar a dignidade da pessoa humana, deve ser lembrado e valorizado e se tornar efetivo pelo poder público na vida cotidiana dos munícipes. Essa efetivação do lazer requer não somente uma política pública específica, mas um conjunto de diversas políticas públicas em áreas que se encontram interligadas ao lazer.

Além do que já foi dito acerca do dever do estado de garantir o direito de lazer, é necessário se pensar em políticas urbanas que possam propiciar a vivência do lazer. Nesse sentido, devemos ressaltar que a elaboração de políticas públicas de lazer requer também melhorias nas políticas urbanas, pois a ausência de políticas públicas urbanas é um dos principais motivos para o não desenvolvimento de uma política de lazer relevante.

Por urbanismo, entendemos o conjunto de medidas estatais destinado a organizar espaços habitáveis, de modo a propiciar condições melhores de vida ao homem na comunidade. Existe também uma relação entre políticas públicas e meio ambiente, uma vez que o município deve se preocupar com a ordem urbanística, como por exemplo, com a poluição. Agindo assim, o município impedirá a agressão à saúde de seus habitantes. Por isso, é importante que o município cuide da localização, no zoneamento urbano, de determinados estabelecimentos que podem ocasionar danos a população, zelando pelas áreas verdes e pelo ecossistema como um todo, com o objetivo de promover saúde, educação, qualidade de vida, saneamento e principalmente lazer.

O lazer, apesar de estar ganhando cada vez mais importância como objeto de reivindicação, ainda não é efetivo como deveria, pois ainda vemos poucas políticas setoriais nesta área. Matos (2001) lembra que o direito ao lazer exige uma organização complexa do poder estatal, já que é um bem social, um direito do cidadão e um instrumento essencial à apropriação da cidade.

A grande dificuldade, é que as políticas públicas atingem mais as áreas de interesse imediato da população, como educação e moradia. Isso ocorre por causa da falta de recursos e pela falta de entendimento sobre a importância e abrangência do lazer. Entendemos que o lazer deve ser visto como possibilidade de inclusão social, desenvolvimento e crescimento da cultura popular, do aumento da responsabilidade social e individual.

As políticas públicas de lazer devem ser pautadas principalmente na inclusão e participação popular. Daí advém

a importância da criação e aperfeiçoamento de associações de moradores; clubes sociais, recreativos e esportivos; associações religiosas, beneficentes, científicas, literárias, dentre outras, as quais estão mais próximas dos interesses e necessidades dos moradores das comunidades (CHEMIN, 2007, p. 195).

Outra dificuldade é a falta de entendimento das pessoas em relação a diferença entre projeto, programa, e política pública, importantes na metodologia do lazer. Estando conscientes dessas diferenciações teóricas, os gestores estarão melhores capacitados para planejar políticas públicas eficazes (CHEMIN, 2007).

A falta de participação da população na elaboração e execução de projetos, programas e políticas públicas, prejudica o funcionamento e a popularização do lazer. Mas se houver uma capacitação de voluntários, moradores dos bairros, seria uma forma de aumentar a participação popular nos projetos de lazer promovidos pelo poder público municipal. Dessa forma as políticas públicas de lazer devem ser pautadas na inclusão e participação popular levando em consideração as condições econômicas do povo, os limites do meio ambiente na promoção do lazer, a educação, o acesso do povo aos equipamentos de lazer, dentre outras coisas (CHEMIN, 2007).

Deste modo, destacamos os pilares básicos de uma política pública de lazer, como um maior entendimento do conceito, dos conteúdos do lazer por parte dos gestores públicos e da comunidade em geral. Além disso, o entendimento do lazer como algo integrado, contínuo e duradouro no tempo e no espaço público. Para isso o melhor caminho é buscar parcerias e recursos com a iniciativa privada e os órgãos públicos em geral (CHEMIN, 2007).

A participação da comunidade, através das rádios comunitárias, pode se constituir num forte elemento de elaboração e execução de políticas setoriais de lazer, principalmente em regiões do interior, como é o caso do brejo paraibano, onde a distância dos grandes centros urbanos faz com que a informação seja essencial para o fortalecimento das identidades locais.

As rádios comunitárias no Brejo paraibano: primeiras aproximações.

Para a realização da nossa pesquisa, o primeiro passo foi a delimitação das cidades que compõem o brejo paraibano. A dificuldade estava no fato de existirem diversas classificações, com entendimentos variados sobre os municípios que realmente fazem parte da região. Como o estudo busca traçar as interfaces entre as políticas públicas de lazer e as rádios comunitárias, buscamos o entendimento oficial do Governo do Estado da Paraíba sobre suas delimitações. Dessa forma, chegamos ao número de oito municípios, como podemos ver no quadro a seguir.

Quadro 1 – Municípios do brejo paraibano

| No. | Município |
|-----|---------------|
| 1 | Alagoa Grande |
| 2 | Alagoa Nova |
| 3 | Areia |

| | |
|---|------------|
| 4 | Bananeiras |
| 5 | Borborema |
| 6 | Matinhas |
| 7 | Pilões |
| 8 | Serraria |

Após o levantamento oficial destes municípios, partimos para a fase de mapeamento e catalogação das rádios comunitárias existentes. Como critério de seleção, buscamos identificar as rádios comunitárias legalizadas ou em vias de legalização, junto ao Ministério das Comunicações.

Desenvolvemos pesquisas em alguns sites relacionados com a temática do trabalho, entre eles os sites do Ministério das Comunicações, ABRAÇO Nacional e Regional, o site da ANATEL, dentre outros. Porém, com a falta de atualização das páginas de alguns sites, encontramos dificuldades na realização da pesquisa. Entramos em contato com a representante da ABRAÇO regional para obtermos mais dados. Dessa forma, levando em conta principalmente as informações divulgadas no site do Ministério das Comunicações, obtivemos dados não só sobre as rádios comunitárias legalizadas ou em vias de legalização, como também, sobre aquelas que haviam tentando essa legalização, mas tiveram seus processos arquivados pelos mais diversos motivos.

Assim, como podemos observar no quadro a seguir, das oito cidades analisadas, seis possuem rádios comunitárias legalizadas ou em vias de legalização. Das 16 rádios que tentaram se legalizar, apenas a metade, oito delas, conseguiu avançar em seus processos, o que nos leva a perceber a dificuldade da oficialização dessas rádios.

Quadro 2 – Rádios comunitárias nos municípios do brejo paraibano

| No. | Município | Rádios legalizadas ou em vias de legalização | Rádios com pedidos indeferidos | Total |
|-------|---------------|--|--------------------------------|-------|
| 1 | Alagoa Grande | 3 | 3 | 6 |
| 2 | Alagoa Nova | 1 | - | 1 |
| 3 | Areia | 1 | 1 | 2 |
| 4 | Bananeiras | - | 2 | 2 |
| 5 | Borborema | 1 | - | 1 |
| 6 | Matinhas | - | 1 | 1 |
| 7 | Pilões | 1 | 1 | 2 |
| 8 | Serraria | 1 | - | 1 |
| Total | | 8 | 8 | 16 |

Se entendemos que o número de rádios comunitárias não legalizadas deve aumentar, em razão de existirem muito mais delas que nem ao menos deram entrada no processo junto ao Ministério das Comunicações, percebemos a burocracia que atinge essa modalidade de comunicação no Brasil. Em se tratando de interfaces com políticas

públicas de lazer, isso pode se tornar um entrave, já que a falta de um maior suporte legal, muitas vezes faz com que as rádios comunitárias funcionem num modelo artesanal, sem um maior reconhecimento tanto por parte do poder público, quanto da população.

Considerações finais

Os dados produzidos por nossa pesquisa até o presente momento, revelam que todos os municípios da área geográfica investigada guardam relações com as rádios comunitárias, o que confirma a tendência apontada por Bahia (2008), de que mesmo num contexto marcado por tecnologias de última geração, milhares de pessoas insistem em atender suas demandas de comunicação por meio das ondas radiofônicas, e de forma comunitária.

Resta-nos saber, se esse potencial, no que tange à cultura de movimento do brejo paraibano, vem sendo realmente explorado dentro do modelo de comunicação comunitária, sendo revertido em elementos positivos à reconfiguração da esfera pública local, a partir da renovação de suas políticas públicas de lazer, ou se continua atrelado a um modelo político-comercial de comunicação, em que o esporte performance – especialmente o futebol profissional, em níveis nacionais e internacionais – se apresenta enquanto prática corporal hegemônica.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. C. Políticas Públicas de lazer e participação cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 2003.

BAHIA, L. M. Rádios comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARDIN. L. Análise de conteúdo. Lisboa: Persona Edições, 1979.

BETTI, M.; PIRES, G. L. Mídia. In: FENSTERSEIFER, P.; GONZALES, F. (Orgs.). Dicionário crítico da Educação Física. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CHEMIN, B. F. Políticas públicas de lazer: o papel dos municípios na sua implementação. Curitiba: Juruá, 2007.

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Ed. Unijuí, 1994.

MATOS, L. S. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). Lazer e Esporte: políticas públicas. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

PELBART, P. P. Vida capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação para a Cidadania. São Paulo: Intercom, 2003.

_____. Novas configurações do participar cidadão nos meios de comunicação local.
In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em
uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

Pesquisa desenvolvida com apoio da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através
do Programa de Incentivo à Pós-Graduação e Pesquisa – PROPESQ, da Pró-Reitoria de
Pós-Graduação e Pesquisa – PRPGP.

Eduardo Ribeiro Dantas

Rua Antonio Francisco Do Bu, 131 – Apto. 104 Bloco 12A

Catolé – Campina Grande – PB

CEP: 58105-570

E-mail: dudadantas@ig.com.br

Recurso tecnológico necessário para Comunicação Oral: Projetor de Imagens